

Entrevista D. Isabel de Bragança

CORREIO.REAL



www.reallisboa.pt

04 . **Actividades da RAL**
Visita a Vila Viçosa

05 . **Futurália**
uventude Monárquica de Lisboa

07 . **Entrevista**
D. Isabel de Bragança

08 . **Centenário da República**
amos fazer história

13 . **A Monarquia**
Um Portugal para o Futuro

14 . **Aniversário**
do Príncipe da Beira

O nosso combate pela instauração de uma Monarquia moderna, democrática, defensora dos valores permanentes da Nação Portuguesa, passa pelo empenhamento cada vez maior de todos os monárquicos no esclarecimento dos seus concidadãos, sobre o que queremos para o futuro de Portugal.

O ano do centenário da República vai quase a meio e as suas comemorações oficiais não passam disso mesmo: envolvem os poderes públicos e apenas eles, já que a larguíssima maioria dos portugueses as ignora. Com um início sem grandeza, no Porto, onde os participantes populares eram quase tantos como os assistentes, com uma exposição também no Porto, de que pouco se falou, com conferências e palestras aqui e ali. Para este panorama têm contribuído, além do desinteresse dos portugueses, o facto de se querer estabelecer a comparação entre a democrática Monarquia Constitucional, derrubada por um golpe militar com apoio da Carbonária, da Maçonaria e do pequeno Partido Republicano e o período de dezasseis anos de regime republicano, turbulento, manchado por revoluções, por assassinatos e pela ditadura de um partido, que terminaram em novo golpe militar e numa ditadura e o que novos e mais isentos historiadores têm vindo a dizer e a escrever, desmitificando o regime de 1910. Mas pesam também neste desinteresse, não só a ignorância do que foram os dezasseis anos da república apesar dos esforços para inquinhar as crianças e jovens com publicações laudatórias e fantasiosas sobre os benefícios daquele período como a verificação do que a república é nesta sua terceira versão, apesar de depurada de alguns erros crassos da primeira, pouco abonatória de um regime que se quer redentor, justo, ético e fonte de progresso. O nosso combate pela instauração de uma Monarquia moderna, democrática, defensora dos valores permanentes da Nação Portuguesa, virada para o futuro e fazendo do passado apenas a alavanca para o desenvolvimento do País e dos portugueses, fomentadora do bem-estar, da igualdade de oportunidades e da justiça, passa pelo empenhamento cada vez maior dos monárquicos no esclarecimento dos nossos concidadãos, sobre o que queremos para o futuro de Portugal, pela consciência de que o regime republicano não serve o interesse de Portugal, pela sua não acomodação, pela denúncia dos erros, pela participação no movimento monárquico, desde logo nas Reais Associações. Neste ano do centenário da implantação do regime republicano é este o repto e é este o convite: dêem - nos o vosso apoio, tragam-nos novas propostas e novas ideias. Em fim de regime, como alguns políticos já se atrevem a dizer, é o momento de, unidos no que é essencial, fazer ver que o futuro de Portugal está, mais uma vez, na aliança do Rei com os portugueses. Ontem como sempre " o nosso Rei é livre e nós somos livres".

João de Mattos e Silva

Sumário

- 04 . **Actividades da RAL**
Visita a Vila Viçosa
- 05 . **Futurália**
Juventude Monárquica de Lisboa
- 07 . **Entrevista**
D. Isabel de Bragança
- 08 . **Centenário da República**
vamos fazer história
- 13 . **A Monarquia**
Um Portugal para o Futuro
- 14 . **Aniversário**
do Príncipe da Beira



Reunião da Assembleia Geral ordinária



Em cumprimento das disposições estatutárias, reuniu-se no dia 20 de Fevereiro, a Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa, no Palácio da Independência, com presença de muitos associados.

Estiveram também presentes os membros da Mesa, do Conselho Fiscal e da Direcção. Da Ordem de Trabalhos constava a discussão do Relatório e Contas do ano de 2009 e Parecer do Conselho Fiscal, eleição dos delegados ao Congresso da Causa Real e eleição de quatro membros para a Direcção, em substituição dos vogais Nuno Bonneville van Uden e Joel Moedas Miguel, que renunciaram aos seus mandatos por motivos pessoais e profissionais e, também, devido ao aumento do número de vogais da Direcção, por força dos novos Estatutos da Causa Real e da Real Associação, entretanto aprovados com mandato conferido à Direcção, pela Assembleia Geral de 18 de Abril de 2009.

O Relatório e as Contas foram apresentados pelo presidente da Direcção, João de Mattos e Silva e pelo Tesoureiro, Ricardo Gomes da Silva, que prestaram os esclarecimentos pedidos pelos associados, intervindo ainda o Vice- Presidente da direcção, Nuno Pombo e, entre outros, o presidente da direcção anterior Pedro Pais de Ramos, e o associado Tomaz de Mello Breyner que saudou a direcção pela clareza das contas apresentadas. Postos à votação foram aprovados com uma abstenção.

Procedeu-se depois aos actos eleitorais constantes da Ordem de trabalhos, tendo sido eleitos para a Direcção da Real Associação de Lisboa Douglas Carmo Lima, Duarte Calvão, Duarte Seabra Calado e Pedro Costa Lira e como delegados ao Congresso da Causa Real, Douglas Carmo Lima, Miguel Cabral Moncada e Francisco Franco de Sousa.

Regularização de quotas: um apelo!

Porque a Real Associação de Lisboa não possui outros meios de financiamento que não seja a quotização dos sócios torna-se urgente uma regularização das mesmas por parte daqueles que as tenham em atraso. Tendo os nossos serviços vindo ultimamente a fazer uma profunda actualização dos ficheiros dos associados, deparamo-nos hoje com um aflitivo panorama: a maioria não paga quotas há muitos anos, situação insustentável que compromete a actuação e os projectos desta organização, que a prazo obrigará a Direcção a medidas extremas.

Se esta realidade é compreensível tendo em conta a crise organizativa vivida nos anos precedentes à tomada de posse desta Direcção, a mesma tende a ser injustificável com a dinâmica que esforçadamente vem sendo implementada à custa da generosidade e voluntarismos de uns poucos. Acontece que **não sendo nós uma organização vinculada aos poderes da república, não possuímos outra forma de subsistência.** É assim que, de forma a manter e diversificar as iniciativas da Real Associação de Lisboa, **vimos apelar com veemência aos sócios que tenham as suas quotas em atraso que entrem em contacto com o secretariado para regularização das mesmas.** Como alternativa, o nosso sítio da internet encontra-se preparado com uma aplicação de uso simples para pagamentos e donativos. Esperamos a compreensão de todos para este apelo: o que está em causa é a nossa eficácia e actuação, já que sobreviver passivamente é sempre possível.

A Direcção

Encerrado em Agosto . Correio electrónico: secretariado@reallisboa.pt . Sítio na internet: www.reallisboa.pt



Visita a Vila Viçosa

Fotografia: Francisco Cambournac Melo



Comemorando a passagem do 21º aniversário da fundação da Real Associação de Lisboa e recordando as datas do nascimento do primeiro Rei da Dinastia de Bragança, ocorrido a 19 de Março de 1604 e da consagração de Nossa Senhora da Conceição como Rainha de Portugal, pelo mesmo rei, em 25 de Março de 1646, um grupo de cinquenta e três associados da Real Associação, idos de Lisboa em autocarro, a que se juntaram mais uma dezena de associados da Real e da Causa Real, idos de outros pontos do País, visitou Vila Viçosa em 20 de Março.

A primeira paragem naquela Vila alentejana foi no Santuário de Nossa Senhora da Conceição, onde recebeu o numeroso grupo o seu Reitor, Rev. Padre Mário Oliveira, que acompanhou a visita e se dirigiu aos visitantes explicando a história da Igreja, fundada por São Nuno de Santa Maria, e a devoção dos portugueses a Nossa Senhora da Conceição ao longo da História.

Depois do almoço de confraternização em que usou da palavra o Presidente da Direcção, João de Mattos e Silva, para saudar os presentes e realçar o significado da visita a Vila Viçosa, residência dos duques de Bragança até D. João IV e depois residência de férias de todos os Reis de Portugal até 1910, reafirmando mais uma vez a fidelidade ao Chefe da Casa Real, Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, foi feita uma demorada visita ao Paço Ducal, podendo ser apreciada a vasta colecção de obras de arte que os seus proprietários juntaram ao longo dos séculos e vivência quotidiana dos últimos Reis, tendo sido recordado que El-Rei Dom Carlos e o Príncipe Real Dom Luís Filipe ali passaram a última noite, em 31 de Janeiro de 1908, antes do miserável assassinato por membros da Carbonária, ao serviço da revolução republicana que eclodiu dois anos mais tarde.



Juventude Monárquica de Lisboa Futurália

Decorreu com enorme sucesso a presença da Juventude Monárquica de Lisboa (JML) na Futurália, Salão de Oferta Educativa, Formação e Emprego que decorreu nos dias 11, 12 e 13 de Março, na FIL, Parque das Nações.

Localizado no pavilhão 1, o concorrido stand D22, reflectiu uma imagem elegante e moderna. Nesse espaço a JML disponibilizou aos visitantes informação diversa sobre a forma de regime monárquico constitucional, como por exemplo um desdobrável com as questões frequentes que são postas aos defensores da Monarquia e um passatempo interactivo, um jogo com perguntas sobre História de Portugal e sobre a Monarquia - com oferta de t shirt para os vencedores, que teve dezenas de concorrentes entre os jovens visitantes.

SS.AA.RR. os Senhores Dom Duarte e Dom Afonso de Bragança, visitaram a Futurália no último dia, tendo sido recebidos pelo Secretário - Geral da AIP, directora da FIL e directora do certame e ainda pelos Presidentes da Real Associação de Lisboa e da Juventude Monárquica de Lisboa, João de Mattos e Silva e Duarte Seabra Calado, respectivamente.

O Duque de Bragança e o Príncipe da Beira estiveram primeiro no stand da JML, onde foram acolhidos por muitos jovens e apreciaram os meios de informação disponibilizados, nomeadamente o jogo de computador "Queres ser Monárquico?", detendo-se também nos stands das Juventude Socialista e Juventude Social Democrata, tendo percorrido depois várias representações de instituições públicas e privadas, ligadas ao ensino e formação e às Forças Armadas e de Segurança.



Distante dos poderes da República, da qual afinal é uma ameaça, a causa monárquica não goza dos financiamentos dos grandes lobbies e empresas, que não vislumbram nela quaisquer chances de retorno dos seus apoios.

A demissão de Nuno da Câmara Pereira da presidência do PPM ao fim de mais de dez anos de porfiados esforços para a sua desmobilização e falência não deixa de ser uma boa notícia para os monárquicos. Apesar de nutrir um profundo respeito pelos seus fundadores, personalidades de craveira impar como Gonçalo Ribeiro Teles, Francisco Rolão Preto, João Camossa e Henrique Barrilaro Ruas, considero que o equívoco da existência dum partido monárquico constitui uma ameaça à credibilidade da Causa: promove a confusão nas pessoas a

respeito do cariz supra-partidário da instituição Real e sobre a verdadeira representatividade dos monárquicos no País, que afinal se encontram dispersos na militância e pelo voto por todo o espectro partidário. Mas, porque as "Causas das Coisas" de facto não são a preto e branco, eu próprio nem sempre fui coerente com estes princípios, e militei naquele partido nos anos oitenta aquando da candidatura de Miguel Esteves Cardoso, que então quase foi eleito para o Parlamento Europeu. Extravasasse o escritor o seu carisma da pena para o palanque, e os monárquicos teriam feito história nessas eleições. Até concedo que a existência dum partido monárquico possui algumas vantagens, uma delas é aquela que constitui a debilidade da Causa Real e Reais Associações:

não elegendo autarcas, deputados ou presidentes, não possuindo a organização, apesar do forte suporte social que detém, aspirações aos poderes formais da república, carece dos financiamentos e

patrocínios por parte dos grandes lobbies e empresas, que não vislumbram quaisquer chances de retorno dos seus apoios.

Além disso, a disputa república vs. monarquia constitui um assunto de natureza disruptiva, uma discussão que assusta muita gente que possua ou defenda grandes interesses dependentes do regime e do *status quo*.

Só assim se entende como as diversas personalidades políticas, algumas de grande craveira e capacidade de influência, simpatizantes da monarquia e dispersos pelos vários partidos sejam tão prudentes na afirmação das suas convicções monárquicas. Na verdade esta questão ainda desperta os piores instintos a alguns actores da política, supostamente moderados, e ela foi causa de uma quase guerra civil que estragou a vida a muita gente por muitos anos.



De resto, espero que para além da lealdade a S.A.R. o Duque de Bragança, o novo líder do PPM, o ilustre deputado municipal da Ilha do Corvo Paulo Estêvão detenha méritos que concedam os mínimos de dignidade que o símbolo do seu partido merece.

E espero sinceramente que consiga resgatá-lo da indigna insignificância a que hoje chegou e que nos envergonha a todos.

Finalmente insisto que não se pode exigir aos numerosos simpatizantes da monarquia em Portugal, cuja única causa que os une é a fórmula da chefia do Estado (e talvez as cores da bandeira nacional), mas que podem divergir no resto em quase todas as questões prioritárias para o dia-a-dia, - das estratégias políticas às económicas e passando pelos costumes - que se unam à volta dum mesmo partido.

João Távora

Fotografias: Homem Cardoso

S.A.R., Dona Isabel de Bragança, Princesa Real e Duquesa de Bragança, nasceu na freguesia de Alvalade, Lisboa, em 22 de Novembro de 1966. É a XXIV Duquesa de Bragança pelo seu casamento com Dom Duarte Pio, Duque de Bragança e actual Chefe da Casa Real Portuguesa. D. Isabel de Bragança viveu entre Portugal e Angola até 1975, quando a sua família se mudou para São Paulo, Brasil.

Estudou na escola jesuíta de S. Luís, em São Paulo, até 1988. Em 1990, obteve um MBA na Fundação Getúlio Vargas, na mesma cidade brasileira, e voltou para Portugal onde ingressou numa sociedade de gestão de patrimónios, área onde se especializou. A 13 de Maio de 1995, casou com o Duque de Bragança no Mosteiro dos Jerónimos, consagrando a partir de então os seus esforços à vida familiar. É mãe de Dom Afonso (nascido a 25 de Março de 1996), Dona Maria Francisca (3 de Março de 1997) e Dom Dinis (25 de Novembro de 1999). D. Isabel é desde 1995 patrona de várias instituições de caridade, a maioria dedicada ao cuidado e suporte de crianças necessitadas e de pessoas vitimadas pela síndrome de Down. Além de Princesa Real e Duquesa de Bragança, é Grã-Mestre da Ordem de Santa Isabel, Grã-Cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Grã-Cruz de honra da Ordem de Malta e Grã-Cruz da Ordem de S. Maurício e São Lázaro.

Fotografias: Homem Cardoso

Qual é a análise que faz VAR da crise que atingiu a economia mundial há dois anos?

Não houve controlo em certas operações financeiras e imobiliárias, nem por parte do Estado, através de uma entidade independente, nem das próprias entidades reguladoras do sistema financeiro. Além de se ter emprestado dinheiro sem o cuidado necessário. Em grande parte foi o que originou esta crise financeira nos Estados Unidos e em vários países europeus. Damo-nos conta de que tem de haver controlo por parte de uma instituição verdadeiramente independente e que não se possa corromper.

Além dos aspectos económicos e financeiros encontra VAR outras justificações para a ameaça que paira sobre as economias ocidentais?

No mundo ocidental e em Portugal, em particular, passámos a viver acima dos nossos meios, a consumir mais do que produzimos, tanto as famílias como o Estado. Com o euro, ficámos com a sensação de sermos como a Alemanha, só que sem a produção e o nível de preparação que há nesse país.

Os historiadores há muito tempo que explicam que quando um povo enriquece subitamente sem melhorar o seu nível cultural, acaba por consumir essa riqueza e fica mais pobre e infeliz do que antes. Isso sucedeu em muitos países do "terceiro mundo" e infelizmente sucedeu aqui...

As famílias frequentemente desperdiçaram a riqueza com bens supérfluos, e o Estado, em alguns casos, fez o mesmo ... Temos mais quilómetros de auto-estrada por habitante, temos provavelmente o maior número de casas por família, enquanto deixamos cair as áreas antigas das cidades. Temos o pior nível de educação e formação profissional da Europa. Já fomos ultrapassados pelo Brasil.

Infelizmente, exactamente pelo problema cultural, parece que concordamos com essa situação em vez de exigir-mos melhor educação, mais disciplina e menos desperdício por parte dos governantes.

Que papel poderá ter o Ideal Monárquico na superação desta crise que o País atravessa?

Nos países europeus que têm reis e rainhas como Chefe de Estado esses problemas são em geral mais bem resolvidos. Em Portugal, quem adere ao ideal monárquico são pessoas com elevado sentido patriótico, que colocam o interesse nacional e os valores morais acima dos seus interesses pessoais imediatos. Infelizmente a grande maioria dos portugueses adeptos da Monarquia não se associaram ainda às Reais Associações, e por isso não podem ser contactados, informados e convidados a participar na luta política que é necessário conduzir para salvar Portugal.

Por falar em Reais Associações, o que considera que tem corrido melhor e pior na sua dinâmica?

O desenvolvimento das Reais Associações foi muito diverso de região para região, conforme a capacidade dos seus dirigentes e a militância dos associados.

Em geral tem funcionado como fermento e testemunho, levando muita gente a encarar a alternativa monárquica como uma proposta válida para a qualificação da nossa vida política. Mas o facto de serem a representação oficial do Movimento Monárquico e contarem com o apoio do meu Marido, também as obriga a certa prudência. Ao estarem abertas a pessoas de todas as tendências políticas, não podem tomar posições vistas como sendo partidárias.

E a intervenção política dos monárquicos portugueses?

A intervenção política dos monárquicos pode acontecer de muitas maneiras. Há notáveis organizações de intervenção cultural e política criadas e dirigidas por monárquicos. Há tendências monárquicas nos partidos políticos, há organizações de estudantes, de profissionais monárquicos, etc. Mas é muito importante que todos estejam filiados numa organização nacional comum, pelos motivos que já disse. Quando, sobretudo nas regiões com menos população, as pessoas não se filiam e não participam, os dirigentes ficam sem meios humanos para cumprirem a sua missão.

É verdade que infelizmente algumas direcções como que adormeceram, ou "fecharam-se" sobre si próprias. Mas, pelo que sei, com os novos estatutos essas situações estão a ser ultrapassadas.

Em conclusão: as R.A. são aquilo que os seus associados quiserem fazer delas. Há acções com grande visibilidade, como a presença oficial nas feiras e exposições que temos visitado, graças à notável colaboração de generosos voluntários. Também organizam as nossas visitas oficiais às suas regiões, em colaboração com as Câmaras Municipais.

Mas creio que deveria ser estimulada a "formação política" dos monárquicos, para saberem defender e explicar melhor os objectivos. E também para usarem técnicas de comunicação mais eficientes.

Cem anos depois da queda da Monarquia quais os principais argumentos para a restauração?

Acho que o mais óbvio será comparar o nível de desenvolvimento que aconteceu em todas as monarquias europeias, com o nosso atraso relativo a elas nos últimos cem anos.

E outros factores: o Reino Unido conseguiu manter uma ligação profunda com as antigas colónias através da Commonwealth, e a nossa república provocou a desastrosa e trágica descolonização que vivemos. Quanto ao presente, se a democracia portuguesa pudesse contar com um Rei, ele contribuiria certamente para dar mais estabilidade e dignidade à política, ajudando os governos, sem ser suspeito de querer favorecer um partido ou alguns interesses económicos. Um Rei é de facto de todos, e não só dos que o elegeram, enquanto que em Portugal a percentagem da população que, realmente, elege o presidente chega a ser menos de 25 por cento...

Mas o mais importante é o seu valor simbólico: o rei representa a face humana da Nação. E a Família Real simboliza a sua continuidade para além das transformações impostas pela história.

Como vê a evolução do papel das mulheres portuguesas nos últimos cem anos?

Creio que foi lento em comparação com o resto da Europa, durante a Primeira e a Segunda Repúblicas. Nesta Terceira República houve uma evolução mais rápida, mas há ainda muito caminho a percorrer. Penso que o papel da mulher é fundamental na sociedade e na política do país.

Há pouco falou em sermos mais exigentes com a educação. Está VAR preocupada com o actual estado do Ensino em Portugal?

Os professores são quase heróis, pois a lei e a prática actual tirou-lhes a autoridade necessária para manter a disciplina em muitas escolas públicas.

Quanto aos programas, foram muito influenciados por ideologias idealistas e utópicas, muitas vezes desajustadas da realidade. As consequências estão à vista, pois temos os piores resultados escolares da Europa. Creio que só as famílias dos alunos, devidamente organizadas, é que poderão pressionar os políticos à mudança necessária. Isso deveria ser negociado com os partidos antes das eleições e o Estado tem que ser fortemente pressionado. Senão, é sempre mais simpático dar boas notas e diplomas a todos, quer estudem e tenham conhecimentos quer não...

Os programas, portanto, não lhe parecem adequados?

Acho que os programas são excessivamente teóricos e com matérias a mais.

Quanto aos 90 minutos de aulas... qual é a criança ou o adulto que consegue concentrar-se 90 minutos em matemática, química ou outra matéria?

Talvez para algumas cadeiras menos densas...

Quando me dizem que isso acontece porque em algumas escolas é mais tempo para que os alunos se acalmem e se concentrem, então acho que cada escola devia ter a liberdade de decidir a duração das aulas, conforme a necessidade dos seus alunos.

Estão a criar-se graves problemas à vida e ao crescimento das crianças. Para além de que elas precisam de tempo livre para brincar e praticar actividades desportivas e outras.

É simbólico que enquanto se procura afastar os jovens da educação moral torna-se obrigatória a participação nas aulas de "educação" sexual - apesar desses programas serem contrários às convicções da maioria das famílias. Muitos pais nem suspeitam o que lá se ensina às crianças...

Em relação ao nosso Príncipe e Infantes como faz VAR para superar as insuficiências do sistema de ensino?

O meu marido e eu acompanhamos diariamente os estudos dos nossos filhos e tentamos ajudá-los a ultrapassar certos aspectos menos felizes dos programas.

João Távora
Duarte Calvão



Centenário da República

VAMOS FAZER HISTÓRIA!

República: do sonho à desilusão

Neste ano centenário da república, a ciência histórica académica parece ter estabilizado em volta de uma tese que, afastando-se das interpretações do republicanismo ortodoxo e reconhecendo muitas das falhas do regime inaugurado em 1910, tenta ainda salvaguardar a pureza do ideal republicano, salientando o presumível contraste entre uma doutrina imaculada e o regime que realmente se implantou. A república terá sido, a fazermos fé no que nos dizem catedráticos e investigadores especializados, um ideal que não se cumpriu, um sonho que falhou a sua realização concreta. As grandes figuras do regime transformam-se, nas mãos de biógrafos complacentes, em actores de um grande drama, que começa no vigor dos impulsos generosos e acaba na amargura da desilusão.

Do sonho à desilusão

Esta forma de apresentar os dados históricos, representa já um assomo de rebeldia, quando comparada com a estrita apologia da primeira república, devotamente praticada pelas gerações de historiadores-militantes como Lopes de Oliveira, Luís de Montalvor, Raul Rego, Carlos Ferrão ou David Ferreira, para quem a “república democrática” foi um regime cuja vida política decorreu num ambiente de “máxima liberdade possível”.

A distinção rigorosa dos dois planos do republicanismo, o da propaganda em que se teriam manifestado todos os sentimentos generosos e o da implantação do regime, em que teriam vindo à superfície todas as incompatibilidades e todas as dissensões, embora revele um meritório esforço de independência frente à tradicional veneração pelos poderes constituídos, deixa ainda de fora a maior parte das explicações possíveis para o carácter bizantino e as insustentáveis contradições da experiência republicana em Portugal. Remetendo as interpretações para o campo do drama pessoal, para a dolorosa consciência do abismo que separa o sonho e a realidade, deixa por explicar como se deu a súbita transformação dos sonhadores em opressores. Para quem leia os nossos académicos, parece que a metamorfose se deu de um dia para o outro, que os idealistas da véspera se tornaram os intrigistas do dia seguinte, que os adeptos do sufrágio universal e da liberdade de imprensa se viram num passe de magia transfigurados nos seus mais convictos inimigos.

Mas a mais grave insuficiência desta tese consiste em ignorar as principais características da propaganda republicana, esquecendo ou pondo de lado a abundante literatura política produzida ao longo dos trinta anos que antecederam a implantação da república. Qualquer amante da história que, dispensando o filtro das dissertações académicas, consulte directamente o rico manancial da propaganda republicana, seja nos seus órgãos mais populares como “O Século” de Magalhães Lima, “O Mundo” de França Borges e “A Lucta” de Brito Camacho, ou nos de maiores pretensões intelectuais como as “Cartas” de João Chagas e a “Alma Nacional” de António José de Almeida, encontra uma atmosfera muito diferente das nuvens de idealismo doutrinário que os historiadores gostam de descrever. O tom dominante é de uma extrema agressividade, sendo os textos compostos com prolixa adjectivação, destinada a gerar sentimentos indignados e não a propor novas formas de organização social. A doutrina democrática está presente como pano de fundo, mas num plano muito secundário, tanto no espaço que ocupa como na linha de argumentação. O lugar de honra é conferido às exaltadas denúncias dos “manejos jesuíticos”, tema obsessivamente desenvolvido em dezenas de textos diários, que apesar da sua muita extensão não têm outro conteúdo senão chamarem às actividades dos jesuítas “manejos”, apelidando-os ainda de “perniciosos”, e dando-os por responsáveis por todos os males que pesam sobre o país. Os insultos à família real e a todos os políticos monárquicos, sem limites alguns de decência, ocupam também uma larga porção da propaganda republicana. O diagnóstico do estado em que se encontra o país é elevado aos cumes do pessimismo, e daí se retira a legitimidade para atacar com destemperada fúria o regime, os jesuítas, a família real e os políticos.

Os poetas republicanos Guerra Junqueiro e Gomes Leal usam toda a sua eloquência para descrever o povo oprimido, ultrajado, espoliado, reduzido à miséria, à fome, à ruína moral e material. As poucas vezes que se levantavam para contradizer tão exaltadas denúncias, como a de Ramalho Ortigão que apontou a falta de correspondência com a realidade no “Finis Patriae” de Guerra Junqueiro, ficaram submersas na torrente de literatura apocalíptica que todos os dias inundava as bancas dos jornais. Os intelectuais do PRP resumiam a história da dinastia Brigantina a um “miserável rosário de infamias, de cobardias e baixezas”, descrevendo a Casa Real “enlameada pela cobardia de todas as traições e envilecida na torpeza de todas as violências”. Mesmo aquelas sumidades do partido republicano que mais tarde se cobriram com uma auréola de moderação, como Basílio Teles e António José de Almeida, invocavam o “estado de aviltamento e miséria” a que a monarquia conduziu Portugal, para justificar a “interferência insurreccional dos cidadãos” (Basílio Teles), ou seja a tomada do poder pela força, enquanto recusavam qualquer compromisso de cumprimento de regras no debate político, qualquer comedimento nas palavras, qualquer legalismo, qualquer sinal de “fraqueza” ou de conciliação perante os “salteadores da pátria e do povo”. A solução que estes “idealistas” apresentavam estava longe de revelar respeito pelos adversários políticos: “o problema nacional tem de ser resolvido a tiro e só a metralha, infelizmente, pode purificar o atoleiro em que a sapata clerical de um regime odioso, a cada momento, revolve o entulho e a vasa”, clamava António José de Almeida em 1910 na “Alma Nacional”, enquanto outros órgãos da imprensa republicana, menos afectos à moderação, despejavam diariamente incitações à vingança contra a “canalha” que roubava o povo. A família real não escapava aos insultos e às ameaças, e embora o rei D. Carlos, mesmo depois de morto, fosse o mais visado, nem a idade nem as dramáticas circunstâncias em que subiu ao trono pouparam D. Manuel às agressões da propaganda republicana, que nos seus momentos mais calmos lhe chamava o “sumido vulto de uma criança cobarde e deformada” (Camara Reys).

A leitura da propaganda republicana, depois das primeiras reacções de espanto que provoca, traz consigo o salutar efeito de nos resguardar do sentimentalismo indulgente com que os historiadores catedráticos cobrem as mais insanas emanações do republicanismo português. E ao mesmo tempo lança a luz sobre o fio condutor que une esses dois mundos, aparentemente separados mas na verdade estreitamente unidos, o da república sonhada e o da república proclamada. Para quem gosta de finais felizes, fica também o consolo de verificar que a república não constituiu uma inteira desilusão, pois se não cumpriu as mais importantes promessas do programa do PRP – sufrágio universal, liberdade de imprensa, separação dos poderes -, cumpriu no entanto as principais ameaças disseminadas no tempo da propaganda: expulsão dos jesuítas, banimento da família real, expulsão das congregações religiosas, abolição do ensino religioso.

Carlos Bobone

Uma Bandeira no Parque Eduardo VII

A 16 de Março de 2010 a nossa bandeira foi hasteada no alto do parque Eduardo VII

Não é contra nada nem contra ninguém, não é nem bandeira de um partido nem de uma ideologia: é um símbolo nacional e nela se revêem todos os Portugueses. Hoje, após 100 anos de ausência, voltou triunfante e abraçou Lisboa. Não houve vandalização ou ultraje à bandeira do regime em vigor, não houve provocação nem se violou lei alguma. Subiu e parou a meia haste, como se pedisse aos Portugueses um momento de recolhimento e meditação e lhes lembrasse o difícil transe de luta pela sobrevivência em que esta comunidade se debate. Foi um apelo à unidade e à reconciliação nacional.

Miguel Castelo Branco, in Blogue Combustões

A Monarquia Um Portugal para o Futuro

A chefia do Estado electiva, escudada no salvífico voto directo e universal, alimenta-se da transitoriedade. Do efémero. Potencia o divisionismo, a suspeita e a querela.

Em ano de centenário da república, a reboque de uma vã evocação, muitos se entreterão a reescrever a História e a baralhar a cronologia. O passado é o que foi e não depende já de nós. A generosidade inegável de alguns, alimentada pelos mitos e mentiras que uma laboriosa máquina de propaganda foi semeando, não implica que nos esqueçamos dos radicais, fanáticos e criminosos que tornaram esta república possível e que a marcaram de forma indelével. Quem tenha perspectiva histórica não se limitará ao conformismo que consiste na simples aceitação do que passou. Procurará extrair desta experiência secular as lições possíveis.

A primeira lição é a de que o ódio, a ignorância, a mesquinhez e a inveja não são boas alfaias para a construção e manutenção do Estado. Como não são bons argumentos a carabina e o assassinato. Em dois anos, foram oito séculos de tradição abatidos a tiro no Terreiro do Paço e na Rotunda. A esses dois anos, seguiram-se quinze de barafunda e radicalismo, de perversão e fanatismo. A esses quinze sucederam-se quase cinquenta anos de autoritarismo. E levamos já mais de trinta e cinco de pantominices várias e crises para todos os gostos.

É evidente que se vive hoje mais e melhor do que se vivia há 100 anos. É claro que agora temos acesso a coisas inimagináveis há um século. Da saúde à cultura. Da educação à tecnologia. Que isso se atribua à república é que é estultice. É também uma imbecilidade pensar-se que é inócua e sem significado a forma como se organizam os Estados.

A chefia do Estado electiva, escudada no salvífico voto directo e universal, alimenta-se da transitoriedade. Do efémero. Potencia o divisionismo, a suspeita e a querela. Deixa-se minar pelo compadrio e sufocar pelas clientelas. É um funcionalismo público, não especialmente mais categorizado nem particularmente mais legítimo. Impõe-se pela letra da lei e assume-se apenas como hierarquicamente superior. É feita do que de mais artificial e anódino pode oferecer a construção jurídica, alheia ao pulsar das gentes e ao sentimento das pessoas. É virtual sem ser marcadamente virtuosa.

Por seu turno, a instituição real, ancorada no genuíno escorrer dos séculos, vive do permanente. Da continuidade. Fomenta a união, a harmonia e a concórdia. É imune às cliques e aos seus apetites. O Rei, fiel à sua missão histórica, assume uma legitimidade diversa da dos demais órgãos do Estado. É livre. Representa todos e cada um de nós sem necessidade de jogar o pequeno jogo dos partidos. Não depende deles e não se deixa condicionar pela conjuntura. É uma chefia de Estado verdadeiramente real, presa à nossa essência enquanto povo, capaz de dar uma dimensão mais vasta a todos quantos falam e sonham em português. Uma figura política e de cultura. Conhecidora e conhecida pelo mundo fora. Garante último da nossa existência, da estabilidade e de uma perspectiva de futuro.

Nestas comemorações do centenário da república, mais do que recordar o passado, importa saber o que queremos exigir do futuro.

Nuno Pombo

Loja online

www.reallisboa.pt

O presente ideal para filhos, sobrinhos e netos a partir dos seis anos.

O jogo da Restauração é um divertido e didáctico jogo de mesa para pais e filhos, tipo jogo da Glória, produzido exclusivamente para a Real Associação de Lisboa.

Elegante tabuleiro ilustrado com os episódios decisivos que conduziram à aclamação de D. João IV na casa de chegada.



22€

Preço já inclui portes de envio, excepto para fora de Portugal.



Descubra mais em: www.reallisboa.pt



Posse da Direcção do Núcleo de Sintra

Cerca de sessenta pessoas assistiram à posse da direcção do Núcleo de Sintra, dada pelo Presidente da Real Associação de Lisboa, João de Mattos e Silva. Presentes na Mesa o vereador da Câmara Municipal de Sintra, José Lino Ramos e o presidente da Assembleia de Freguesia de Algueirão- Mem Martins, Maurício Rodrigues que, depois das palavras dos Presidentes da Real Associação e do Núcleo, Douglas Carmo de Lima, também intervieram para realçar a importância desse Núcleo na vida do município sintrense.

João de Mattos e Silva, no acto de posse, frisou que a política de descentralização e aproximação que a criação de Núcleos Concelhios pressupõe, consta do programa da Direcção para o presente mandato e que espera que se revele eficaz na maior visibilidade dos princípios e acção monárquicos e reforço e crescimento da Real Associação, manifestando a confiança no grupo de personalidades do concelho que agora iniciam a sua actividade.

Seguiu-se um jantar de confraternização em que participaram cerca de oitenta pessoas.



Aniversário do Príncipe da Beira

A Juventude Monárquica de Lisboa (JML) promoveu, na Herdade da Comporta, onde decorriam vários concursos equestres, modalidade desportiva de que D. Afonso de Bragança é adepto, um dia de confraternização entre jovens da JML, o Príncipe da Beira e os infantes seus irmãos e amigos, que se deslocaram de camioneta na companhia de SS AA RR os Duques de Bragança.

O jovem príncipe, que no dia 25 de Março completou 14 anos, entregou depois o Troféu Príncipe da Beira ao melhor cavaleiro português em competição, o seu primeiro acto oficial.

Fotografias: Homem Cardoso

Campanha Novos Sócios 2010

*Convide e inscreva
um amigo
para uma Causa
com mais Força*

www.reallisboa.pt